



Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025
e Relatório dos Auditores Independentes

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sumário

Relatório da Administração.....	03
Composição do Conselho de Administração.....	09
Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário – 2025.....	10
Parecer do Conselho Fiscal	15
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.....	16
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras.....	21
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente	22
Balanços patrimoniais	23
Demonstrações dos resultados.....	25
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	27
Demonstrações dos fluxos de caixa	28
Demonstrações dos valores adicionados	29
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	30

Relatório da Administração

Resiliência em movimento: cumprindo o desafio de se manter relevante e eficiente em meio a tantas transformações.

O ano de 2025 apresentou um cenário desafiador e ainda marcado por transformações tecnológicas, além de mudanças no comportamento da mobilidade urbana. Mas que também demonstrou a capacidade do Metrô para avançar. Os resultados obtidos ao longo do ano confirmam que estamos evoluindo e apontam também um caminho a percorrer para que o futuro do Metrô esteja no patamar da modernidade e resiliência.

Em 2025, transportamos 892,7 milhões de passageiros, com aumento de demanda nos dias úteis e manutenção dos elevados índices de confiabilidade do sistema. A satisfação dos passageiros atingiu 76,2%, o melhor resultado dos últimos 20 anos, confirmando o papel do Metrô como prestador de um serviço essencial e confiável para milhões de pessoas todos os dias.

Isso é demonstrado nos avanços alcançados que proporcionam melhorias aos passageiros, como o início da operação 24h aos fins de semana, o pagamento da passagem por aproximação, com cartões de crédito e débito, além da disponibilização do sinal de telefonia 5G em 27 estações, melhorando a experiência de quem usa as linhas do Metrô e mostrando que seguimos como tem de ser, investindo em qualidade e com o passageiro na centralidade da operação.

Passageiros que também são beneficiados com a segurança e modernização vistas na colocação de portas de plataforma, que chegaram a cerca de 50% das estações, ampliando ainda mais a confiança e regularidade. A Segurança, principal valor e pilar do Metrô de SP, é também a essência do novo Sistema de Monitoramento Eletrônico, implantado em todas as estações das Linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha, com mais de 5 mil câmeras de alta performance.

O uso da tecnologia para a melhoria do serviço prestado também pode ser visto na Linha 15-Prata que passou a funcionar com o GoA4, o mais alto nível de automatização de sistemas de metrô. Há também a expansão do uso de Inteligência Artificial na manutenção, com destaque para modelos preditivos de falhas em portas de plataforma e climatização, que aumentam disponibilidade e reduzem custos.

A expansão da rede apresentou entregas significativas, demonstrando eficiência no uso dos recursos públicos ao atingirmos cerca de 90% da execução orçamentária em empreendimentos de alta complexidade. Em 2025, realizamos o maior investimento da história na expansão da rede, aplicando R\$ 5,3 bilhões. As obras da Linha 2-Verde avançaram simultaneamente em múltiplos trechos, incluindo a continuidade das escavações da tuneladora.

A Linha 15-Prata evoluiu para integração com a Linha 10-Turquesa e recebeu 14 novos trens em um ano, enquanto a Linha 17-Ouro atingiu marcos relevantes, ultrapassando 95% de conclusão das obras, com inauguração marcada para 2026. Iniciamos, ainda, a contratação das obras da Linha 19-Celeste e avançamos nos projetos das linhas 20-Rosa e 22-Marrom, aproximando o planejamento de médio e longo prazo das necessidades reais da metrópole.

No âmbito socioambiental, os benefícios gerados pela rede — como redução de emissões, do tempo de viagem e do consumo de combustíveis — somaram R\$ 16,5 bilhões, demonstrando o importante papel do Metrô como ferramenta de desenvolvimento sustentável. Avançamos também no projeto de autoprodução de energia renovável, que garantirá 10 MW médios a partir de 2027 e 20 MW a partir de 2029, aumentando previsibilidade orçamentária e reduzindo custos futuros.

Em governança, fortalecemos nossos mecanismos de integridade, gestão de riscos e compliance. A maturidade em governança corporativa avançou para o Nível 2, e novas práticas de gestão, segurança cibernética e controles internos foram incorporadas, alinhando a Companhia às melhores referências nacionais e internacionais. No campo das receitas não tarifárias, foram R\$ 609,4 milhões recebidos, resultado que demonstra diversificação, inovação comercial e maior eficiência no uso dos ativos. Seguimos sendo referência ao começar a planejar uma nova pesquisa Origem e Destino (OD), demarcando o Metrô como o grande especialista e planejador da mobilidade em uma metrópole com tantos desafios de deslocamentos.

Entretanto, é fundamental reconhecer que ainda não é momento de celebração plena. O cenário econômico-financeiro requer ajustes permanentes, com atenção especial para a manutenção do equilíbrio de despesas, do constante aumento de eficiência e da ampliação de receitas. O uso eficiente dos investimentos para a expansão e modernização da rede exige disciplina, precisão técnica e governança. Além disso, a transformação digital e os novos padrões de mobilidade demandam respostas rápidas e capacidade contínua de adaptação, melhorando o serviço prestado ao passageiro, centro dos nossos esforços.

A verdadeira resiliência do Metrô será construída com constância, planejamento e profundidade. Significa caminhar por um processo contínuo de fortalecimento da operação e de processos internos, de redução das vulnerabilidades e de garantir sustentabilidade financeira de longo prazo. Significa, sobretudo, assegurar que cada avanço se converta em benefício real para os passageiros, para a cidade e para o Estado.

Seguimos dedicados à missão de oferecer um transporte público seguro, eficiente e sustentável para São Paulo. Os progressos de 2025 mostram que estamos no rumo certo, mas também reforçam que há muito a ser feito. Nossa responsabilidade é manter a trajetória consistente de melhoria, consolidar uma cultura de alto desempenho e construir, passo a passo, uma Companhia ainda mais moderna, competitiva e preparada para os desafios do presente e do futuro.

Desempenho econômico-financeiro

O Metrô de São Paulo reportou, no período, prejuízo de R\$ 1.058 milhões, ante R\$ 348 milhões em 2024, aumento de 204,02% em relação ao período comparativo.

A receita operacional líquida foi de R\$ 2.761 milhões no acumulado de 2025, redução de 8,6%, comparado a 2024 que alcançou R\$ 3.020 milhões.

A principal razão para a redução na receita operacional líquida e do aumento do prejuízo do exercício foi o reconhecimento de receitas por *Breakage* de créditos (BU e BOM) não utilizados pelos passageiros, no montante de R\$ 368 milhões em 2024, evento que não se repetiu em 2025.

A receita não tarifária também apresentou redução no período comparativo com 2024, passando de R\$ 285 milhões para R\$ 252 milhões em 2025.



Em custos e despesas houve um aumento de 142,8% em gastos gerais, alcançando R\$ 704 milhões ante R\$ 290 milhões em 2024 e, as principais razões para a variação decorrem da provisão do processo do Consórcio Via Amarela, no montante de R\$ 168 milhões, e da reversão do processo do Consórcio Construcap de R\$ 200 milhões, no exercício de 2024, que não foi recorrente em 2025.

A principal fonte de recursos da Companhia proveniente da atividade operacional é a prestação de serviço de transporte de passageiros, composta por receita tarifária e ressarcimento de gratuidade. Esta representou 91% da receita operacional bruta de 2025.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passageiros transportados no sistema de transporte na RMSP ¹

	Passageiros 2023 (milhões) (%)		Passageiros 2024 (milhões) (%)		Passageiros 2025 (milhões) (%)	
Transporte sobre trilhos	1.882,6	40,0	1.969,4	40,5	1.988,7	41,3
Metrô de São Paulo	851,2	18,1	889,8	18,3	892,7	18,5
Via Quatro ²	190,4	4,0	198,7	4,1	202,2	4,2
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17 ³	154,9	3,3	167,5	3,4	170,1	3,6
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9 ⁴	228,7	4,9	232,8	4,8	240,1	5,0
TICTrans - Linha 7 ⁴	0,0	0,0	0,0	0,0	10,2	0,2
Trem Metropolitano - CPTM ⁴	457,4	9,7	480,6	9,9	473,4	9,8
Transporte sobre pneus	2.831,3	60,0	2.893,0	59,5	2.829,4	58,7
Ônibus Municipal - SPTRANS ⁵	2.080,1	44,1	2.160,9	44,4	2.114,7	43,9
Ônibus Intermunicipal - ARTESP ⁶	421,8	8,9	411,0	8,5	401,3	8,3
Aeroporto e Corredor (Trolebus e Diesel)	70,7	1,5	69,5	1,4	69,8	1,4
Empresas particulares (serviço comum e seletivo)	351,1	7,4	341,5	7,1	331,5	6,9
Ônibus - Outros Municípios ⁷	329,4	7,0	321,1	6,6	313,4	6,5
Total de Transportes	4.713,9	100,0	4.862,4	100,0	4.818,1	100,0

¹ Inclui transferência e gratuitos. Não inclui ônibus escolar e fretamento.

² Fonte: Concessionária ViaQuatro.

³ Fonte: Concessionária ViaMobilidade.

⁴ Fonte: STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo. Dados estimados da Linha 7 – Rubi de novembro e dezembro/25.

⁵ Fonte: SPTRANS - São Paulo Transportes S.A.

⁶ Fonte: ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Dados estimados de novembro e dezembro/25.

⁷ Estimativa com base nas viagens dos demais municípios na RMSP, em relação às viagens intermunicipais apontadas na Pesquisa Origem Destino. Para o período até 2022, considera-se a base da OD 2017; e a partir de 2023, utiliza-se a OD 2023.

Rede Metroviária

	2024	2025
Rede Metroviária (Metrô De São Paulo, Via Quatro e Via Mobilidade)		
km de extensão	104,2	104,2
nº de estações	91,0	91,0
nº de linhas	6,0	6,0
Linhas Operadas pelo Metrô de São Paulo		
km de extensão	71,4	71,4
nº de estações	63,0	63,0
nº de linhas	4,0	4,0
Passageiros Transportados pelo Metrô de São Paulo		
Média nos dias úteis (milhão)	2,94	2,97
Total anual (bilhão)	0,89	0,89

Estratégia de longo prazo

Em 2025, a Estratégia Corporativa foi revisada para a elaboração do Plano de Negócios 2026 e da Estratégia de Longo Prazo 2026-2030. O processo contou com pessoas-chave do Metrô e resultou em uma estratégia de continuidade.

Houve uma mudança pontual no mapa estratégico. O objetivo estratégico “aumentar a produtividade” foi descontinuado e integrado ao objetivo “reduzir custos e despesas”. Em seu lugar, foi incluído e priorizado o objetivo “fortalecer a resiliência das estruturas tecnológicas e de proteção de dados”, reforçando o compromisso do Metrô com a segurança e a continuidade operacional.

Nosso programa de investimento prevê as seguintes ações

O programa de Investimentos para 2026 para a Expansão, Recapacitação e Modernização das linhas metroviárias prevê os seguintes valores:

Com base nos valores aprovados na Resolução de Diretoria Nº 442 no dia 26/11/25 e Resolução do Conselho de Administração Nº 041 no dia 17/12/25, a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô aprovou o programa de investimentos na ordem de R\$ 6.336 milhões para o exercício 2026. Foi publicado na Lei Orçamentária Anual Nº 18.387 de 06 de janeiro de 2026, um montante de R\$ 5.487 milhões também para esse exercício, e foram inscritos em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores um montante de R\$ 441 milhões perfazendo um montante de R\$ 5.928 milhões, no decorrer do exercício na medida que esses valores forem executados, a Companhia irá fazer gestão junto ao Estado para disponibilizar o montante de R\$ 6.336 milhões.

- Linha 2- Verde – Extensão Vila Prudente – Dutra – R\$ 2,8 bilhões;
- Linha 15 – Prata – R\$ 1,1 bilhão; e
- Linha 17 – Ouro – R\$ 997 milhões.

Avaliação dos administradores

Em atenção ao Artigo 13º, inciso III, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e à Deliberação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC - Nº 2, de 15 de março de 2024, a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ realizou Avaliação dos Administradores no terceiro trimestre de 2025, com a participação de 15 membros, sendo 10 do Conselho de Administração, incluindo o Diretor-Presidente, e 5 da Diretoria.

O processo de avaliação seguiu a metodologia e os procedimentos estabelecidos pelo CODEC, utilizando os formulários sem alteração, abrangendo sete dimensões, cada uma composta por itens específicos, detalhando os seguintes aspectos: I – Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; II – Contribuição para o resultado do exercício; III – Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo; IV – Funcionamento do Conselho de Administração; V – Conhecimento técnico e da Companhia; VI – Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; VII – Autoavaliação individual.

O processo foi conduzido pela Assessoria de Governança Corporativa e submetido à apreciação do Comitê de Elegibilidade para verificação da Conformidade.

Relacionamento com Auditores Externos

A auditoria de nossas demonstrações financeiras e a revisão das informações trimestrais são realizadas por auditores externos independentes, visando garantir a confiabilidade dos dados apresentados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo, respeitando os princípios que preservam a independência destes profissionais, a saber: i) não auditar seu próprio trabalho; ii) não exercer funções gerenciais; iii) não advogar pelo seu cliente.

O Comitê de Auditoria, em linha com nosso Estatuto Social, é responsável pela avaliação das diretrizes que orientam a contratação e a prestação de serviços dos auditores externos. Também cabe ao Comitê recomendar ao Conselho de Administração a contratação e a destituição da auditoria externa, além do dever de se manifestar antes da contratação de outros serviços prestados por ela, ou por empresas vinculadas a ela, que não caracterizem atividades da sua alçada.

Ao longo do exercício de 2025, a BDO RCS Auditores Independentes prestou serviços de auditoria à Companhia, e o montante pago pelos serviços foi de R\$ 141 (R\$ 178 em no exercício de 2024).

A auditoria externa foi selecionada por meio de processo de licitação pública, realizado no exercício de 2024.

A BDO RCS Auditores Independentes não prestou, durante o período de atuação na Companhia, serviços não relacionados a auditoria externa.

Composição do Conselho de Administração

Presidente

Milton Frasson

Membros:

Antonio Julio Castiglioni Neto

Carlos Roberto de Albuquerque Sá

Daniel Rodrigues Aldigueri

Fabiano Martins de Oliveira

Gustavo Villaça Vargas Sampaio Braga

Mauro Antônio Gumiero Voltarelli

Rodrigo Bezerra da Silva

Wagner Fajardo Pereira

Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário – 2025

CNPJ/MF Nº 62.070.362/0001- 06 NIRE Nº 3530003343-4

Aos Conselheiros de Administração da
Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (Comitê ou CAE) da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ foi implementado na Reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2018 e é órgão estatutário técnico de auxílio permanente do Conselho de Administração da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ (METRÔ ou Companhia), regido pela Lei nº 13.303/2016, Estatuto Social e Regimento Interno.

Atualmente, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é composto por quatro membros independentes: Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Conselheiro de Administração independente e Coordenador do CAE, sendo o especialista financeiro e em contabilidade societária, conforme previsto na legislação brasileira, além de Alexandre Akio Motonaga, Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto e Marcelo Cardona Sobral, sendo que todos atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, no § 2º do artigo 31-C da Resolução CVM nº 23/2021, bem como aos critérios de independência exigidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas.

Ao Comitê compete, principalmente: (i) zelar pela qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) supervisionar a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e externa, (iii) zelar pelo padrão dos processos de controles internos e de avaliação de riscos e (iv) zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade.

Toda a análise e manifestação do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

No exercício de 2025, além do cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, o Comitê de Auditoria Estatutário atuou de forma ativa, técnica e propositiva, com destaque à recomendação às diversas áreas para utilização de ferramentas de automação e inteligência artificial, e aos auditores independentes para uso de data analytics, promovendo discussões aprofundadas, formulando solicitações de esclarecimentos e de complementação de informações às áreas responsáveis, bem como acompanhando, de forma sistemática, as providências adotadas.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 28 de março de 2025 (primeira reunião do CAE após a apreciação das Demonstrações Financeiras de 2024) até 13 de março de 2026, o Comitê realizou 24 reuniões, em sua maioria virtuais, que envolveram Diretores, Gerentes, e outros colaboradores da Companhia. Destaca-se que foram realizadas quatro reuniões que contaram com a participação dos membros do Conselho Fiscal e representantes dos Auditores Independentes, visando conhecer e analisar as Informações Intermediárias Trimestrais e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025, assim como conhecer os relatórios de revisão e parecer dos Auditores Independentes.

As principais atividades realizadas foram:

- ✓ Revisão, aprovação e supervisão do Plano de Trabalho da Auditoria Interna – PAINT 2025, com acompanhamento mensal, e PAINT 2026 e análise dos relatórios das atividades realizadas, inclusive as auditorias feitas no instituto de previdência que a Companhia é patrocinadora, o Metrus - Instituto de Seguridade Social, -em atendimento às Leis Complementares nº 108 e 109/2001;
- ✓ Análise, discussão e acompanhamento da execução orçamentária financeira e demonstração de resultados, além do fluxo de caixa, e evolução da demanda de passageiros;
- ✓ Acompanhamento de assuntos contábeis, dentre eles: fechamento contábil, cédula de ajustes e revisão da vida útil do ativo imobilizado, teste de impairment, breakage, revisão da Provisão para Devedores Duvidosos - PDD, provisão para processos judiciais, passivo atuarial e principais ações da companhia para fins de viabilizar a avaliação e monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas;
- ✓ Revisão das Informações Trimestrais – ITRs e das Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31.12.2025;
- ✓ Avaliação dos parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais dos Planos de Benefícios I e II da Previdência Suplementar mantidos pelo METRUS – Instituto de Seguridade Social e os respectivos resultados atuariais dos planos;
- ✓ Discussão com Auditoria Interna, Gerência de Gestão de Riscos Corporativos e Conformidade e Gerência de Controladoria sobre a Carta de Controles Internos;
- ✓ Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias, incluindo reuniões com o Comitê de Ética e Ouvidoria, bem como ações relativas à campanha de conscientização sobre o Código de Conduta e Integridade e respectivo treinamento;
- ✓ Conhecimento sobre o Plano de Negócios 2025.

Além disso, ao longo do exercício, o Comitê também acompanhou, dentre outros temas, Políticas da Lei de Proteção de Dados, e outros temas corporativos relevantes, tais como a gestão de seguros contratados pela Companhia, receitas tarifárias e sistemas de bilhetagem, estudos sobre modelos de remuneração por oferta de serviço, saúde e segurança ocupacional, pesquisas de origem e destino, bem como os impactos da reforma tributária, avaliando seus potenciais reflexos sobre riscos, controles internos, governança e resultados.

O CAE também analisou relatórios de auditoria baseados em risco, com discussões técnicas aprofundadas sobre a efetividade dos controles, indicadores de desempenho, atualização de normativos e priorização de recomendações, inclusive com a utilização de análises comparativas e avaliação do potencial uso de ferramentas de inteligência artificial. Houve acompanhamento específico da estrutura, capacitação da equipe e da contratação de soluções tecnológicas para apoio às atividades da Auditoria Interna.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS E DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

A avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e riscos corporativos está em permanente processo de evolução visando o aperfeiçoamento dos controles internos pela Administração do METRÔ, de modo a conferir segurança e efetividade das informações contábeis com aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna bem como pela área de Gestão de Riscos Corporativos e Conformidade, convidando os responsáveis a participar de reuniões específicas do CAE, além de interlocução direta com o Coordenador, quando necessário. Igualmente, o Comitê supervisionou as atividades da Auditoria Independente, por meio da realização de reuniões, análise e revisão dos relatórios emitidos.

No âmbito da gestão de riscos e da conformidade, o Comitê acompanhou a evolução do mapeamento e do monitoramento dos riscos corporativos, incluindo riscos cibernéticos, tecnológicos e emergentes, bem como temas relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, sustentabilidade e às normas IFRS S1 e S2.

O Comitê manteve e mantém comunicação com os auditores internos e independentes, BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., promovendo discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis, da metodologia aplicada e de controles internos relevantes. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos Auditores Independentes e/ou a autonomia dos Auditores Internos.

Nesse contexto, a atuação do Comitê caracterizou-se pela supervisão ativa, pela solicitação de aprimoramentos e pelo acompanhamento das providências adotadas pelas áreas responsáveis, com foco no fortalecimento da governança, na mitigação de riscos relevantes, na qualidade das informações e no uso responsável de tecnologias e soluções inovadoras.

4. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras do METRÔ, em observância à legislação societária e práticas contábeis.

Em 2025, como resultado dos esforços envidados pela Administração da Cia. no ano anterior, a empresa deixou de ser enquadrada como empresa dependente do Estado, retornando à condição de não dependente, voltando a seguir as regras aplicáveis a tal condição.

As demonstrações financeiras trimestrais e anual do exercício social de 2025 – abordando as principais práticas contábeis adotadas, as estimativas contábeis efetuadas, bem como as apresentações da situação patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e das notas explicativas às demonstrações contábeis – envolveram, além da Auditoria Independente, também as áreas Jurídica, Controladoria, Conformidade (Controles Internos) e Auditoria Interna, foram pauta das reuniões realizadas com o Comitê, incluindo atenção especial à metodologia de contingenciamento judicial e à qualidade das estimativas utilizadas para constituição de provisões.

No encerramento do exercício, o Comitê aprofundou as discussões sobre estimativas contábeis relevantes, incluindo breakage, prejuízo acumulado, efeitos de eventos não recorrentes, impactos atuariais e o teste de impairment, analisando premissas, escopo e potenciais reflexos patrimoniais, em interlocução com a Administração e os Auditores Independentes, com foco na adequada representação da situação econômico-financeira da Companhia.

Ao final, foi discutido com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalva. Os principais pontos discutidos também se relacionam com as práticas contábeis adotadas, e, ainda, com recomendação e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O CAE verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, considerados os assuntos presentes no Relatório dos Auditores Independentes.

5. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

As recomendações, orientações e solicitações formuladas pelo Comitê, foram registradas nas atas de reuniões que contaram com a participação dos gestores das áreas relacionadas da Companhia e acompanhadas ao longo do exercício, envolvendo demandas técnicas e estruturantes voltadas ao aprimoramento de processos, controles internos, gestão de riscos e eficiência operacional, inclusive com incentivo à adoção de soluções tecnológicas e de automação.

6. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria Estatutário, além de suas atribuições legais de supervisão e monitoramento, atuou de forma propositiva ao longo do exercício, estimulando a adoção de boas práticas de governança, o aprimoramento dos processos internos, o uso de tecnologia e a realização de estudos comparativos e análises estruturantes, contribuindo para o fortalecimento do ambiente de controle, da integridade e da qualidade das informações disponibilizadas à Administração e ao Conselho de Administração.

Considerando os trabalhos conduzidos pelo CAE, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, baseado em todos os assuntos e documentos que lhe foram dados a conhecer incluindo o relatório dos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., sem ressalva e nas análises efetuadas nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social em questão, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprecie e delibere sobre o conjunto das Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2025.

São Paulo, 13 de março de 2026.

CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ
Conselheiro de Administração e Coordenador
do Comitê de Auditoria Estatutário

ALEXANDRE AKIO MOTONAGA
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

CINTYA CRISTINA F. MARQUES PINTO
Membra do Comitê de Auditoria Estatutário

MARCELO CARDONA SOBRAL
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

Parecer do Conselho Fiscal da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ, dentro de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e da proposta de destinação dos resultados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes – BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas, e o Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 18 de março de 2026.

FRAIDE BARRETO SALES
Conselheiro Fiscal

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
Conselheira Fiscal

GUILHERME MURARO DERRITE
Conselheiro Fiscal

JOSÉ MARCELO CASTRO DE CARVALHO
Conselheiro Fiscal

LUCIANO GARCIA MIGUEL
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Reconhecimento de receita

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23, a receita de contratos com clientes é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem ou serviço, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia. A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com a norma NBC TG 47 – Receita de Contrato de Cliente.

Os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia e há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Por esses fatores, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação das receitas como significativo em nossa auditoria.

Avaliação do valor recuperável (impairment) dos ativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.2, a Companhia avaliou se o seu ativo imobilizado possuía evidência de perda no seu valor recuperável, conforme previsto nos itens 8 e 9 da NBC TG 01 (R4) – Redução ao valor recuperável dos ativos, no montante líquido de R\$ 47.098.340 mil em 31 de dezembro de 2025.

A avaliação foi documentada e abrangeu os indicadores internos e externos de perda no valor recuperável previsto na referida norma, bem como indicadores adicionais, associados ao modelo de negócio da Companhia e ao objetivo de uso do ativo pela Companhia.

Como resultado dos procedimentos adotados, a Companhia não identificou a existência de indicativo de perda no valor recuperável do ativo imobilizado. Por esses fatores, consideramos a avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- O entendimento e avaliações dos processos e dos controles operacionais voltados ao reconhecimento de receita, assim como do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo das vendas no encerramento do exercício;
- Efetuamos procedimentos reconciliação de relatórios auxiliares com os saldos contábeis para validação do reconhecimento e mensuração das receitas;
- Adicionalmente, realizamos a confirmação externa da receita tarifária dos créditos eletrônicos e cotas temporais de acordo com os repasses recebidos;
- Revisão da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração, reconhecimento e divulgação realizadas estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Revisamos a avaliação da administração construída para embasar os indicativos de perda do valor recuperável do ativo imobilizado, incluindo os indicadores internos e externos, requeridos pelo item 12 da NBC TG 01 (R4) – Redução ao valor recuperável dos ativos;
- Em colaboração com os departamentos responsáveis, compreendemos todo o processo de contratação de terceiros, bem como a aquisição de quaisquer outros bens ou serviços que agreguem valor ao ativo imobilizado;
- Examinamos uma amostra de ativos da referida rubrica contábil e solicitamos a administração toda a documentação que embasa o seu registro na contabilidade, com base no entendimento compreendido acima;
- Inspecionamos fisicamente uma amostra de ativos em uso;
- Revisão da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas sobre o estudo elaborado pela Companhia para avaliação do valor recuperável estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Provisão para contingências

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributários e previdenciários, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui assuntos de natureza cível, em discussão, em várias esferas processuais, no montante total de R\$ 5.991.248 mil, sendo que R\$ 1.310.995 mil está provisionado por ser considerado como provável perda, conforme avaliação realizada pela administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos.

A definição e mensuração dos montantes provisionados e divulgados depende do julgamento crítico da Administração em relação à probabilidade de perda destacada nas discussões em andamento, como resultado das interpretações da legislação vigente, das decisões judiciais, da evolução da jurisprudência e de julgamentos de matérias relevantes pelo Supremo Tribunal Federal ("STF").

Adicionalmente, considerando a relevância dos valores envolvidos e complexidade do ambiente legal e tributário, quaisquer mudanças nas premissas adotadas na determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Por esses fatores, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências tributárias como significativo em nossa auditoria.

Ênfase

Delação premiada de ex-diretor da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, item (iii) "Impactos decorrentes de delação premiada" às demonstrações financeiras, que apresenta informações sobre o acordo de colaboração premiada de ex-diretor da Companhia, celebrado com o Ministério Público Federal, a respeito de supostas irregularidades em obras civis ocorridas no período de 2004 a 2014. Com base no estágio atual de conhecimento e no andamento das ações judiciais mencionadas na referida nota, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Atualização do nosso entendimento do ambiente de controles internos relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes;
- Avaliação das premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações, para reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências cíveis nas demonstrações financeiras;
- Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos, com objetivo de confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis; (iii) entendimento das alterações de prognósticos de perda para determinados processos cíveis relevantes;
- Revisão da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para contingências com um todo, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº 21, por estarem consistentes com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações financeiras acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma brasileira de contabilidade e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2026.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 18 de março de 2026.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues
Diretor de Engenharia e Planejamento

Declaração dos diretores sobre o parecer do auditor independente

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com a opinião expressada no relatório dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 18 de março de 2026.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues
Diretor de Engenharia e Planejamento

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	642.932	470.878
Contas a receber	5	200.200	93.090
Estoques	6	205.885	207.106
Tributos a recuperar		16.977	10.664
Outros ativos		51.689	34.436
		<u>1.117.683</u>	<u>816.174</u>
 Ativos não circulantes mantidos para venda	 7	 24.141	 3.547
		<u>1.141.824</u>	<u>819.721</u>
 Não circulante			
Contas a receber	5	6.215	5.628
Caixa restrito	8	35.871	39.038
Depósitos judiciais	9	48.717	109.943
Outros ativos		131.458	97.819
Investimentos	10	219.732	264.557
Imobilizado	11	47.098.340	42.595.615
Intangível	12	21.885	48.759
		<u>47.562.218</u>	<u>43.161.359</u>
 Total do ativo		 <u>48.704.042</u>	 <u>43.981.080</u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	14	738.264	364.923
Debêntures	15	112.813	112.986
Impostos e contribuições a recolher	16	53.395	51.129
Remunerações e encargos a pagar	17	292.366	221.344
Adiantamento de clientes	18	43.982	40.733
Partes relacionadas	19	31.976	30.888
Passivo de arrendamento		3.417	4.189
Outras contas e despesas a pagar		3.314	5.306
		<u>1.279.527</u>	<u>831.498</u>
Não circulante			
Debêntures	15	37.494	149.975
Impostos e contribuições a recolher	16	638	-
Remunerações e encargos a pagar	17	20.415	29.830
Adiantamento de clientes	18	800.861	427.379
Plano de previdência suplementar	20.2	347	44.797
Provisão para processos judiciais	21	1.674.573	1.432.317
Partes relacionadas	19	225.791	232.895
Passivo de arrendamento		-	3.065
		<u>2.760.119</u>	<u>2.320.258</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	22.2	57.339.085	52.492.032
Ações em tesouraria		(16)	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		176.353	129.766
Prejuízos acumulados		<u>(12.851.026)</u>	<u>(11.792.458)</u>
		<u>44.664.396</u>	<u>40.829.324</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>48.704.042</u></u>	<u><u>43.981.080</u></u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações de resultados
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	23	2.761.222	3.019.973
Custo dos serviços prestados	24	<u>(2.613.978)</u>	<u>(2.652.387)</u>
Lucro bruto		147.244	367.586
Receitas (despesas) operacionais	24		
Despesas com vendas		(19.251)	(22.836)
Despesas gerais e administrativas		(1.232.776)	(725.569)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>22.067</u>	<u>10.645</u>
		<u>(1.229.960)</u>	<u>(737.760)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(1.082.716)</u>	<u>(370.174)</u>
Resultado financeiro, líquido	25		
Receitas financeiras		79.518	47.968
Despesas financeiras		(54.717)	(69.386)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		<u>(653)</u>	<u>44.073</u>
		24.148	22.655
Prejuízo antes do imposto de renda		<u>(1.058.568)</u>	<u>(347.519)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	26	-	-
Prejuízo do exercício		<u>(1.058.568)</u>	<u>(347.519)</u>
Prejuízo do exercício por ação (em R\$)			
Básico - ON	27.1	(93,62)	(34,38)

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	<u>(1.058.568)</u>	<u>(347.519)</u>
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	-	2.451
Ganho/perda atuarial	<u>46.587</u>	<u>19.812</u>
Total do resultado abrangente	<u>(1.011.981)</u>	<u>(325.256)</u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	48.404.386	(16)	99.524	(11.436.960)	37.066.934
Prejuízo do exercício	-	-	-	(347.519)	(347.519)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	-	-	10.430	(7.979)	2.451
Ganho atuarial	-	-	19.812	-	19.812
Integralização de capital	4.087.646	-	-	-	4.087.646
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.492.032	(16)	129.766	(11.792.458)	40.829.324
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.058.568)	(1.058.568)
Ganho atuarial	-	-	46.587	-	46.587
Integralização de capital ^(a)	4.847.053	-	-	-	4.847.053
Saldos em 31 de dezembro de 2025	57.339.085	(16)	176.353	(12.851.026)	44.664.396

(a) A integralização de capital é composta por R\$ 4.817.582 em moeda e R\$ 29.471 em bens (Trens).

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos fluxos de caixas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.058.568)	(347.519)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa		
líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	838.441	830.320
Resultado na venda de investimentos	-	(18.033)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	9.719	37.137
Juros sobre debêntures	39.579	50.298
Juros sobre arrendamento	502	586
Juros sobre passivo atuarial	2.138	4.366
Provisão e atualizações para contencioso judicial e administrativo, líquida	242.256	(101.283)
Constituição de perda de crédito esperada	23.469	27.277
Provisão participação nos resultados	49.459	-
Provisão para perda obsolescência de estoque, líquida	27	(3.701)
Resultado líquido ajustado	<u>147.022</u>	<u>479.448</u>
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	(131.166)	374.167
Estoques	1.194	5.012
Tributos a recuperar	(5.933)	(4.013)
Depósitos judiciais	61.226	88.045
Outros ativos	(50.892)	(36.032)
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores	373.341	(186.947)
Remunerações e encargos a pagar	12.148	(33.197)
Impostos e contribuições a recolher	2.904	(17.987)
Adiantamento de clientes	376.731	(380.140)
Partes relacionadas	(6.016)	(9.182)
Outras contas e despesas a pagar	(1.992)	(3.197)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>778.567</u>	<u>275.977</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(5.253.591)	(4.038.817)
Aquisição de intangível	(16.924)	(27.930)
Alienação de ativos	-	25.404
Caixa restrito	3.167	6.841
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(5.267.348)</u>	<u>(4.034.502)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	4.817.582	4.087.646
Amortização do principal sobre debêntures	(114.286)	(114.286)
Pagamento de juros sobre debêntures	(37.947)	(48.690)
Pagamento de arrendamento	(4.514)	(2.764)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>4.660.835</u>	<u>3.921.906</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>172.054</u>	<u>163.381</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	470.878	307.497
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	642.932	470.878
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>172.054</u>	<u>163.381</u>
Transações que não afetaram o caixa		
Fornecedores de ativo imobilizado	-	17.448
Direito de uso de veículos (imobilizado/ arrendamento a pagar)	174	9.432
Integralização de capital em bens (Trens)	29.471	-

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos valores adicionados
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Receita de prestação de serviços e outras	2.825.563	3.102.912
Outras receitas	34.621	49.734
Constituição de perda de crédito esperada, líquida	747	(26.292)
	<u>2.860.931</u>	<u>3.126.354</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(444.743)	(438.201)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(560.841)	(168.807)
Perdas com ativos	(35.086)	(39.617)
	<u>(1.040.670)</u>	<u>(646.625)</u>
Valor adicionado bruto	1.820.261	2.479.729
Depreciação e amortização	(838.441)	(830.320)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>981.820</u>	<u>1.649.409</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros, lucros e dividendos sobre ações	-	481
Receitas financeiras	92.920	103.822
	<u>92.920</u>	<u>104.303</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.074.740</u>	<u>1.753.712</u>
Empregados		
Remuneração Direta	1.123.285	1.104.425
Benefícios	399.113	319.662
F.G.T.S.	105.348	142.435
Outros	174.718	232.236
	<u>1.802.464</u>	<u>1.798.758</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	257.385	216.238
Municipais	2.358	2.581
	<u>259.743</u>	<u>218.819</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	57.728	70.248
Aluguéis	13.373	13.406
	<u>71.101</u>	<u>83.654</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(1.058.568)	(347.519)
	<u>(1.058.568)</u>	<u>(347.519)</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>1.074.740</u>	<u>1.753.712</u>

1 Contexto operacional

A Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Companhia" ou "Metrô"), é uma empresa pública com sede social em São Paulo – SP, na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 98,20% das ações ordinárias. A Companhia obteve em 6 de janeiro de 2023, o registro de Companhia Aberta - Categoria B, de acordo com a Resolução Nº 80 da Comissão de Valores Mobiliários "CVM". Nesta condição, a Companhia está autorizada apenas a emitir títulos e valores mobiliários, não podendo negociar suas ações em Bolsa de Valores.

A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo – RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 – Azul (Jabaquara-Comitê Paralímpico Brasileiro - Tucuruvi), Linha 2 – Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 – Vermelha (Corinthians-Itaquera – Palmeiras-Barra Funda) e Linha 15 – Prata (Vila Prudente – Jardim Colonial). Estas linhas operam de forma integrada e, conjuntamente, cobrem 71,4 quilômetros de extensão (não auditado) e transportaram a média de 2,97 milhões de passageiros (não auditado) nos dias úteis do exercício de 2025.

As principais obras em execução são: a extensão da Linha 2 – Verde (trecho Orfanato – Penha), a extensão da Linha 15 – Prata (trecho Ipiranga – Jacu-Pêssego incluindo Pátio Ragheb Chohfi) e a Linha 17 – Ouro (trecho Jd. Aeroporto de Congonhas – Morumbi (CPTM) e Pátio Água Espraiada), no sistema de transporte em monotrilhos.

Linha 4 – Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaQuatro, o trecho Vila Sônia – Luz pelo prazo de 50 anos, o prazo original da concessão era de 30 anos, com previsão de término original em 21 de junho de 2040. Em 26 de setembro de 2025 o Consórcio ViaQuatro e o Governo do Estado de São Paulo celebraram o aditivo nº 10 prorrogando o contrato de concessão por 20 anos, a partir de 21 de junho de 2040. A Linha 4 – Amarela faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Luz, com a Linha 2 – Verde na estação Paulista e com Linha 3 – Vermelha na estação República.

Linha 5 – Lilás: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaMobilidade, o trecho Capão Redondo – Chácara Klabin pelo prazo de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038. A Linha 5 – Lilás faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 – Verde na estação Chácara Klabin, e fará integração com a futura Linha 17 – Ouro (sistema monotrilho) na estação Campo Belo.

Linha 6 – Laranja: tanto a construção quanto a operação foram concedidas à iniciativa privada pelo GESP. O projeto prevê a ligação entre o bairro de Vila Brasilândia e a estação São Joaquim, já existente na Linha 1–Azul. O prazo de concessão será de 19 anos após a conclusão das obras.

Dependência orçamentária do Governo do Estado de São Paulo:

Com base na Lei estadual nº 18.078 de 03 de janeiro de 2025, que orça a receita e fixa despesa do Estado para o exercício de 2025 (LOA 2025), a Companhia deixou a condição de empresa estatal dependente, nos termos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria nº 589, de 27 de dezembro de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional.

A condição de não dependente orçamentária em relação ao Governo do Estado de São Paulo, reforça a capacidade de liquidez da Companhia, em linha com o não recebimento de subvenção do Governo do Estado de São Paulo para custeio das atividades operacionais, durante o exercício de 2025.

Importante destacar que a Companhia está sujeita ao estabelecimento de sua tarifa através de políticas públicas definidas pela Secretaria Transportes Metropolitanos - STM, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

Entre os principais eventos ocorridos no exercício de 2025, destacamos:

i) Apoio as linhas concedidas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Governo do Estado de São Paulo – GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 18.078 de 03 de janeiro de 2025, no montante de R\$ 890.169 (R\$ 972.720 em 31 de dezembro de 2024), como apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

ii) Reajuste de preços das tarifas públicas de transporte - 2025

Em 26 de dezembro de 2024, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, através do Ofício GS/STM nº 427/2024 reajustou, a partir de 06 de janeiro de 2025, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário de R\$ 5,00 para R\$ 5,20, um aumento de 4,0%. Esse reajuste é desdobrado para toda estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia.

iii) Reajuste de preços das tarifas públicas de transporte - 2026

Em 29 de dezembro de 2025, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, através do Ofício GS/STM nº 525/2025 reajustou, a partir de 06 de janeiro de 2026, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário de R\$ 5,20 para R\$ 5,40, um aumento de 3,85%. Esse reajuste é desdobrado para toda estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia.

iv) Indicadores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 137.703 (R\$ 11.777 negativo em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apurou prejuízo de R\$ 1.058.568, e fluxo de caixa operacional positivo de R\$ 778.567. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o prejuízo apurado foi de R\$ 347.519 e fluxo de caixa operacional positivo em R\$ 275.977.

1.1 Contexto societário

i) Aporte de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi concluído o ciclo de aportes de capital em moeda de 2025 e bens pelo GESP, sendo subscritos e integralizados R\$ 4.847.053 (R\$ 4.087.646 em 31 de dezembro de 2024). Os montantes aportados na Companhia são destinados exclusivamente para o financiamento das obras de expansão das linhas em operação.

Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

A Companhia possui sindicâncias administrativas em curso oriundas de denúncias internas ou externas e que podem envolver seus colaboradores ou partes interessadas. Tais processos são abertos para a apuração de supostas irregularidades e, quando concluídas, estabelecem recomendações e planos de ação que são executados pela Administração.

A Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e compliance e toma medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de mitigar (restringir?) atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as denúncias relatadas abaixo são objeto de acompanhamento pela Administração, contudo, não possuem decisão final ou requisito legal que estabeleça valores de ressarcimento à Companhia ou que identifique possíveis perdas que possam ser determinadas. Assim, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os requisitos do CPC - 00 Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, referente registro de um ativo/receita ou de um passivo/despesa, não estão presentes.

i) Cartel do setor Metroferroviário:

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial com base no acordo de leniência firmado entre a empresa Siemens e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas. A referida ação encontra-se em fase inicial, aguardando citação das empresas demandadas e julgamento.

Os contratos relacionados ao Metrô e tratados nesta ação judicial são: concorrência internacional nº 40015212, para extensão da linha 2-Verde trecho Ana Rosa – Ipiranga e contrato nº 4001521201, para implantação de sistemas para o trecho Ana Rosa - Ipiranga e sistema complementares para o trecho Ana Rosa - Vila Madalena da Linha 2 – Verde.

No âmbito do CADE, além da concorrência desleal nas obras citadas acima, detectou-se no Processo Administrativo n. 08700.004617/2013-41, que as Concorrências 41377212 e 41377213, que tiveram por objeto a prestação de serviços de modernização de trens para as frotas das Linhas 1- Azul e 3- Vermelha do Metrô de São Paulo, também foram objeto de acordo anticompetitivo.

ii) Cartel de Empreiteiras – Operação Lava Jato:

Em 2017, o CADE instaurou o processo administrativo n. 08700.003241/2017-81, após acordo de leniência firmado junto àquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal.

O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das Linhas 2 – Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212), e envolveria cinco empresas principais (“G-5”): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A com autorização para operar o equipamento “*Shield*”, comumente conhecido como “Tatuzão”, utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014.

Em 11 de dezembro 2023, foi publicada no Diário Oficial da União, a suspensão do processo administrativo a todos os representados, em cumprimento ao comando judicial emitido pela referida autoridade judiciária.

O tema também é objeto de uma ação de improbidade administrativa, processo nº 0041369-29.2011.8.26.0053, proposta pelo Ministério Público Estadual em 2011, que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A condenação imposta às contratadas das obras civis da Linha 5 – Lilás, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

Em janeiro de 2021, a Companhia do Metrô deu início ao cumprimento da sentença em face das empresas Construtoras, no valor de R\$ 1.502.903, conforme condenação do julgado. A execução encontra-se suspensa desde 10 de fevereiro de 2021 por decisão do Superior Tribunal de Justiça, sem que houvesse atualizações desde a citada data.

iii) Impactos decorrentes de delação premiada – Operação Lava Jato

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia do Metrô tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil firmou acordo de delação premiada na operação Lava Jato, envolvendo supostos pagamentos de propina entre 2004 e 2014 nas Linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja do Metrô.

Tramita ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação – Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 – Lilás (Concorrência nº 41428212).

O pedido da ação foi julgado procedente, condenando os réus ao pagamento de multa civil equivalente ao indevido acréscimo patrimonial, bem como condenando de forma solidária ao ressarcimento integral do dano material causado. Houve o trânsito em julgado da condenação e o Metrô iniciou o cumprimento de sentença, processo nº0000949-54.2026.8.26.0053, e buscará bens para satisfazer a condenação imposta.

Adicionalmente, com base na apuração do procedimento correcional da Corregedoria Geral da Administração ("CGA"), de que o ex-empregado do Metrô Sérgio Correa Brasil teria praticado atos de improbidade com aumento desproporcional de patrimônio, foi proposta ação judicial indenizatória, processo nº 1071192-45.2022.8.26.0053. O processo está na fase instrutória, com a especificação de provas pelas partes.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua. Os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de gerar ajustes materiais estão apresentadas a seguir:

i) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, quando disponíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia. (Nota explicativa nº 28.1).

ii) *Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis*

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida pela Companhia considerando o prazo de geração de benefícios econômicos dos ativos, com base na experiência e laudos internos dos empreendimentos de construção metroviário – estações e túneis, no nível de operação das linhas e frota de trens e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva.

A vida útil dos ativos intangíveis de vida útil definida é embasada na avaliação da Companhia quanto a geração dos benefícios econômicos futuros, na experiência de negócios e nas determinações contratuais. (Notas explicativas nº 11 e nº 12).

iii) *Passivos contingentes*

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias, decorrentes do curso normal de seus negócios. As estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são definidas com base em pareceres de assessores jurídicos. (Nota explicativa nº 21).

iv) *Passivo atuarial*

A Companhia tem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referentes a planos de aposentadoria e pensão. Tais compromissos e custos têm dependência de uma série de premissas econômicas, biométricas e demográficas, dentre as quais as mais relevantes são: taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos de serviços, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas. Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado. (nota explicativa nº 20).

2.3 *Aprovação das Demonstrações Financeiras*

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2026.

3 *Principais políticas contábeis*

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente e foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

3.1 *Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025*

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas já emitidas e que ainda não estão em vigor gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

- i. Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27: este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A Companhia aplicou essas alterações para os períodos anuais de reporte iniciados em 1º de janeiro de 2025.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

- ii. Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO): Este documento foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e a Resolução CVM 223 o tornou obrigatória para as companhias abertas, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2 Novas normas, revisões e interpretações que ainda não entraram em vigor a partir de 31 de dezembro de 2025

No exercício social de 2025 não entraram em vigor as normas ou interpretações que impactaram materialmente nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Após o exercício social de 2025 entrarão em vigor as seguintes normas e revisão:

- i. IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima: esses documentos foram emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS e se tornaram obrigatórios para as companhias abertas por meio das Resoluções CVM 217 e 218. Essas Resoluções entraram em vigor em 1º de novembro de 2024, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Alinhado a isto, a Resolução CVM 219 altera e instrui a aplicação da Resolução CVM nº 193, a qual traz em seus dispositivos a aplicação antecipada da elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* – ISSB.
- ii. CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: A norma busca: Melhor comparabilidade na demonstração de resultados, maior transparência das medidas de desempenho definidas pela gestão e agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras. Para entidades que adotam as normas internacionais de contabilidade (IFRS) a vigência é para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027. A referida norma foi emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e aprovada pelos reguladores locais.
- iii. Revisão 28 (R28) - Revisão de Pronunciamentos Técnicos: O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgou, em 07 de janeiro de 2026, a Revisão 28 (R28) - Revisão de Pronunciamentos Técnicos, em decorrência do advento do Pronunciamento Contábil CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.

A Companhia adotará a norma a partir de sua vigência, e não estima impactos materiais de sua adoção.

A Companhia adotará estas normas, orientações, revisões quando estas entrarem em vigor divulgando-as nas demonstrações financeiras, reconhecendo os impactos que possam vir a ocorrer.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos - custeio	4.464	8.584
Caixa e bancos - investimento	206	22
Total de caixa e bancos	4.670	8.606
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	614.447	395.471
Aplicações - investimento	23.815	66.801
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	638.262	462.272
Total de custeio	618.911	404.055
Total de investimento	24.021	66.823
Total de caixa e equivalentes de caixa	642.932	470.878

De acordo com o Decreto Estadual nº 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média é de 98,87% do CDI. (95,72% em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil

A Companhia classifica neste grupo os saldos mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original inferior ou igual a 90 dias a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

5 Contas a receber

5.1 Contas a receber, líquidos

	31/12/2025	31/12/2024
Terceiros	397.533	401.067
Partes relacionadas		
Transporte de passageiros - GESP ^(a)	168.247	61.466
Outros ^(b)	4.695	991
	<u>570.475</u>	<u>463.524</u>
Perda de crédito esperada	<u>(364.060)</u>	<u>(364.806)</u>
Total do contas a receber, líquido	<u>206.415</u>	<u>98.718</u>
Total - circulante	200.200	93.090
Total - não circulante	<u>6.215</u>	<u>5.628</u>

(a) GESP e Metrô reafirmaram, em 20 de julho de 2022, um Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). O saldo inclui também R\$ 2.317 referente a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

(b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, inclui o montante de R\$ 1.729 (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2024) referente a valores a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP.

5.2 Contas a receber vencidos e a vencer

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de estimativa para perda de crédito, é como segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
Circulante e não circulante	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido
A vencer	200.786	(3.635)	197.151	96.028	(4.381)	91.647
Vencidos até 30 dias	5.309	(1.126)	4.183	4.578	(2.619)	1.959
Vencidos de 31 até 60 dias	1.814	(999)	815	4.151	(2.664)	1.487
Vencidos de 61 até 90 dias	5.681	(4.269)	1.412	4.053	(2.684)	1.369
Vencidos de 91 até 180 dias	6.261	(4.625)	1.636	11.296	(9.040)	2.256
Vencidos de 181 até 360 dias	17.393	(16.175)	1.218	18.867	(18.867)	-
Vencidos superiores a 360 dias	333.231	(333.231)	-	324.551	(324.551)	-
Total	<u>570.475</u>	<u>(364.060)</u>	<u>206.415</u>	<u>463.524</u>	<u>(364.806)</u>	<u>98.718</u>
Total - circulante	564.260	(364.060)	200.200	457.896	(364.806)	93.090
Total - não circulante	<u>6.215</u>	<u>-</u>	<u>6.215</u>	<u>5.628</u>	<u>-</u>	<u>5.628</u>

5.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	(364.806)	(338.514)
Adições/Reversões	(23.469)	(27.277)
Créditos baixados definitivamente da posição	24.215	985
Total	<u>(364.060)</u>	<u>(364.806)</u>

Política contábil

Contas a receber de clientes é registrado líquido da estimativa de perdas de crédito no momento do reconhecimento da venda de ativos, locações de espaços, participação em empreendimentos imobiliários, ressarcimento de valores ou advindos de outras operações comerciais de prestação de serviços adjacentes à operação de transporte. A Companhia constitui perdas de crédito esperadas sobre os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração de forma a fazer frente a eventuais perdas.

As perdas de crédito esperadas são avaliadas com base na NBC TG 48 – “Instrumentos Financeiros”, e prevê que os recebíveis comerciais sejam mensurados através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato, considerando a segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

6 Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais de uso comum e administrativo	4.968	5.287
Materiais de reposição	161.622	166.766
Materiais de consumo geral e manutenção	37.890	33.513
Materiais em poder de terceiros ^(a)	1.288	948
Outros	144	592
(-) Materiais obsoletos	(27)	-
Total	<u>205.885</u>	<u>207.106</u>

^(a) Trata-se de materiais de giro enviados para terceiros a título de empréstimos, reparos, beneficiamentos e testes.

6.1 Movimentação da provisão de materiais obsoletos

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	-	(3.701)
Adições	(27)	(163)
Reversões	-	3.864
Total	<u>(27)</u>	<u>-</u>

Política contábil

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de estimativa de perda por obsolescência, que são constituídas para cobrir eventuais perdas identificadas ou estimadas pela Administração.

A Companhia avalia continuamente se um estoque está obsoleto, e considera nesta avaliação entre outros fatores, a introdução de novas tecnologias, materiais e funcionalidades que podem resultar na obsolescência de materiais.

7 Ativos não circulantes mantidos para venda

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos não circulantes mantidos para venda - saldo inicial	3.547	8.388
Adições	22.901	-
Transferências para imobilizado	(2.305)	-
Transferências para investimentos	(2)	(4.841)
Total	<u>24.141</u>	<u>3.547</u>

Política contábil

Ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda. Para a Companhia, a condição para a classificação como ativo mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração ou o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses. Para os casos em que não houver o cumprimento do prazo de venda de até 12 meses devido a circunstâncias fora do controle da Companhia, havendo a intenção de alienação, a classificação pode ser mantida.

Ativos não circulantes mantidos para venda são compostos principalmente por terrenos e imóveis. São mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

8 Caixa restrito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de caixa restrito é de R\$ 35.871 (R\$ 39.038 em 31 de dezembro de 2024).

O caixa restrito é destinado exclusivamente à garantia aos debenturistas da Companhia, e desta forma possui restrição de uso, conforme nota explicativa nº 15.

O caixa restrito reflete o montante de pagamento equivalente a três parcelas de amortização mensal das debêntures, após o término da amortização, previsto para maio de 2027, passará a compor as disponibilidades da Companhia.

9 Depósitos judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	16.696	18.360
Cíveis	30.761	90.217
Tributários e previdenciários	1.260	1.366
Total	48.717	109.943

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 29 – Cobertura de seguros. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R\$ 442.654 (R\$ 344.002 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 28.10.

10 Investimentos

	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos para investimentos - saldo inicial	259.443	62.852
Adições ^(a)	2	244.801
Transferência para ativos mantidos para venda ^(b)	(22.901)	-
Transferência para imobilizado ^(c)	(21.926)	(48.210)
Total	214.618	259.443
Obras de arte	5.114	5.114
Total	219.732	264.557

^(a) As adições no exercício referem-se à disponibilização de áreas para exploração comercial.

^(b) Referem-se a terrenos que foram disponibilizados para venda.

^(c) Referem-se a terrenos que deixaram de ter exploração comercial mediante aluguel.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



11 Imobilizado

11.1 Composição

	Taxa anual ponderada depreciação	31/12/2024	Adições ^(d)	Baixas	Transferências ^(e)	31/12/2025
Custo						
Obras civis ^(a)		22.036.115	92.472	(32)	-	22.128.555
Sistemas ^(b)		11.912.172	82.974	(9.704)	190.310	12.175.752
Terrenos ^(c)		3.205.967	429.229	-	24.231	3.659.427
Obras em andamento		12.001.904	4.260.939	-	588.152	16.850.995
Adiantamentos		940.862	417.448	-	(778.462)	579.848
Bens Móveis -		9.432	174	-	-	9.606
Total		50.106.452	5.283.236	(9.736)	24.231	55.404.183
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(4.168.491)	(343.305)	17	-	(4.511.779)
Sistemas ^(b)	2,90%	(3.339.516)	(447.824)	-	-	(3.787.340)
Bens Móveis -		(2.830)	(3.894)	-	-	(6.724)
Total		(7.510.837)	(795.023)	17	-	(8.305.843)
Total imobilizado		42.595.615	4.488.213	(9.719)	24.231	47.098.340

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

^(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

^(c) Inclui R\$ 24.231 em adições de terrenos das rubricas Ativos mantidos para venda e Investimentos.

^(d) As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 2.041 milhões, 15 – Prata, de R\$ 1.548 milhões, e 17 – Ouro, de R\$ 1.522 milhões.

^(e) As principais transferências ocorreram nas linhas: 1 – Azul, R\$ 79 milhões, 3 – Vermelha, R\$ 52 milhões e 2 – Verde, R\$ 42 milhões.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Taxa anual ponderada depreciação	31/12/2023	Adições ^(d)	Baixas	Transferências ^(e)	31/12/2024
Custo						
Obras civis ^(a)		21.391.254	46.111	(20.462)	619.212	22.036.115
Sistemas ^(b)		11.653.376	54.761	(37.075)	241.110	11.912.172
Terrenos ^(c)		3.297.358	100.359	-	(191.750)	3.205.967
Obras em andamento		9.466.844	3.023.797	-	(488.737)	12.001.904
Adiantamentos		498.658	813.789	-	(371.585)	940.862
Bens Móveis -		-	9.432	-	-	9.432
Total		46.307.490	4.048.249	(57.537)	(191.750)	50.106.452
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(3.799.010)	(372.432)	2.951	-	(4.168.491)
Sistemas ^(b)	2,90%	(2.909.718)	(429.798)	-	-	(3.339.516)
Bens Móveis -		-	(2.830)	-	-	(2.830)
Total		(6.708.728)	(805.060)	2.951	-	(7.510.837)
Total imobilizado		39.598.762	3.243.189	(54.586)	(191.750)	42.595.615

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

^(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

^(c) As transferências em terrenos referem-se às reclassificações para a rubrica do ativo, Investimentos, no montante de R\$ 191.750.

^(d) As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 2.104 milhões, 17 – Ouro, de R\$ 739 milhões, e 15 – Prata, de R\$ 443 milhões.

^(e) As principais transferências entre as rubricas do imobilizado no período ocorreram nas linhas: 15 – Prata, de R\$ 433 milhões, 4 – Amarela, de R\$ 196 milhões e 3 – Vermelha, de R\$ 116 milhões.

Política contábil

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando incorridas.

Durante o processo de constituição de um ativo, os valores gastos são alocados na rubrica “imobilizado em andamento” de acordo com suas respectivas categorias (terrenos, sistemas, material rodante e obra civil).

Quando o ativo está concluído e inicia-se o uso comercial com a cobrança de tarifa pública, os valores são reclassificados para a linha de “imobilizado em uso” e depreciados de acordo com a vida útil.

Os gastos com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, uma vez que não possuem características que permitem sua capitalização.

Os bens do ativo imobilizado, com exceção de terrenos, são depreciados pelo método linear no resultado do exercício de acordo com a vida útil econômica estimada para cada grupo de ativos.

Os ganhos e perdas oriundos de alienações são determinados pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil e, quando incorridos, são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, na demonstração de resultados.

11.2 Avaliação anual de valor não recuperável de ativo (*impairment*)

Teste de impairment da unidade geradora de caixa (“UGC”)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou se o ativo imobilizado possuía evidência de perda no seu valor recuperável, conforme previsto nos itens 8 e 9 da NBC TG 01 (R4) – Redução ao valor recuperável dos ativos.

A avaliação foi documentada e abrangeu os indicadores internos e externos de perda no valor recuperável previsto na referida norma, bem como indicadores adicionais, associados ao modelo de negócio da Companhia e ao objetivo de uso do ativo pela Companhia.

Os resultados não identificam a existência de indicativo de perda no valor recuperável do ativo imobilizado da Companhia.

Política contábil

Os bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil ou, ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável.

Eventuais perdas do valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

11.3 Ativos sob concessão

A Companhia, conjuntamente com o acionista controlador – GESP, pode avaliar eventuais oportunidades de concessão de parte de sua operação de transporte à iniciativa privada.

O poder concedente é o GESP (responsável pela contrapartida no recebimento da outorga pela concessionária) enquanto o Metrô figura como interveniente, e, findo o período de concessão, conforme previsão contratual, a operação comercial é retomada para a Companhia, sendo utilizados os mesmos ativos de infraestrutura já registrados nas Demonstrações Financeiras como “ativos sob concessão”.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		31/12/2025
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis ^(a)		4.455.028	8.146.355	12.601.383
Sistemas ^(b)		1.387.731	2.445.969	3.833.700
Terrenos		224.199	749.701	973.900
Obras em Andamento		52.601	-	52.601
Total		6.119.559	11.342.025	17.461.584
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(676.001)	(907.820)	(1.583.821)
Sistemas ^(b)	2,90%	(336.523)	(419.731)	(756.254)
Total		(1.012.524)	(1.327.551)	(2.340.075)
Total do imobilizado sob concessão		5.107.035	10.014.474	15.121.509

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

^(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada depreciação	Custo de aquisição		31/12/2024
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis ^(a)		4.413.202	8.198.299	12.611.501
Sistemas ^(b)		1.373.483	2.424.496	3.797.979
Terrenos		221.645	748.893	970.538
Obras em Andamento		41.987	-	41.987
Total		6.050.317	11.371.688	17.422.005
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(609.425)	(783.125)	(1.392.550)
Sistemas ^(b)	2,90%	(295.318)	(339.268)	(634.586)
Total		(904.743)	(1.122.393)	(2.027.136)
Total do imobilizado sob concessão		5.145.574	10.249.295	15.394.869

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

^(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

12 Intangível

12.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 31/12/2025
Softwares	20% a.a.			
Custo de Aquisição		200.644	16.924	217.568
Amortização		(151.885)	(43.798)	(195.683)
Total do intangível		<u>48.759</u>	<u>(26.874)</u>	<u>21.885</u>

Política contábil

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo fluam para a Companhia, podendo ser o prazo final do contrato ou a vida útil econômica do ativo, dos dois o menor.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, quando incorridos, na demonstração de resultados.

13 Remuneração dos administradores

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores, remuneração dos Conselhos e do Comitê de Auditoria são apresentados a seguir:

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2025	31/12/2024
Administradores		
Remuneração	3.644	2.643
Encargos sociais	555	359
Benefícios	394	342
Previdência complementar	126	119
Total	4.719	3.463
Conselhos e Comitê de Auditoria	2.407	2.588
Total no período	7.126	6.051
Número de Membros (ao fim do período)		
Conselho de Administração	10	10
Conselho Fiscal - efetivos	5	5
Comitê de Auditoria Estatutária	4	4
Diretoria Executiva	5	5

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o maior honorário pago para diretor estatutário foi de R\$ 32.908,97 e para diretor não estatutário R\$ 41.547,20, respectivamente (R\$ 32.908,97 e R\$ 34.572,89 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

14 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Terceiros nacionais		
Fornecedores de sistemas	376.813	136.341
Empreiteiras - obras civis	198.759	78.393
Prestação de serviços	88.150	90.742
Outros	30.764	30.113
Energia elétrica	5.864	5.320
Fornecedores nacionais	700.350	340.909
Fornecedores internacionais	37.914	24.014
Total	738.264	364.923

Política contábil

Os fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações assumidas por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da transação e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

15 Debêntures

Vencimento		Taxa de juros a.a.	31/12/2024						31/12/2025			
			Circulante	Não circulante	Total	Juros incorridos	Amortização de custos	Juros pagos	Pagamento de principal	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures	04/2027	CDI + 4,5%	112.986	149.975	262.961	37.775	1.804	(37.947)	(114.286)	112.813	37.494	150.307
Total			112.986	149.975	262.961	37.775	1.804	(37.947)	(114.286)	112.813	37.494	150.307

15.1 Debêntures

Em 25 de abril de 2022, a Companhia concluiu a 2ª emissão pública por meio da emissão de 400 mil debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de garantir o nível de liquidez de suas atividades operacionais. O montante total captado foi de R\$ 400.000 a taxa de juros correspondente à remuneração de 4,50% a.a. + CDI., com vencimento em 25 de abril de 2027. Os custos de emissão totalizaram R\$ 9.021 e são amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação.

Nos primeiros 18 meses da emissão, os juros foram pagos semestralmente, e a partir de novembro de 2023, a Companhia passou a realizar o pagamento dos juros e a parcela do principal da dívida de forma mensal.

A emissão conta com garantia de cessão fiduciária do fluxo de venda de bilhetes unitários (QR Code), sendo que o valor mínimo para fazer frente aos pagamentos dos juros remuneratórios são mantidos em caixa restrito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 35.871 mantido como caixa restrito, conforme nota explicativa nº 8.

As debêntures possuem cláusula de vencimento antecipado relacionada a manutenção da capacidade de pagamento da Companhia, e relacionado ao montante de empréstimo contraído ("índice financeiro"), o qual não deve ser superior ao limite de dívida bruta de R\$ 700.000, sendo considerado no montante os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativo de dívidas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui endividamento inferior ao limite estabelecido.

15.2 Cronograma de vencimento

O cronograma de vencimento das debêntures, líquido dos custos de emissão, é apresentado abaixo:

	2026	2027	Total
Debêntures	112.813	37.494	150.307
Total	112.813	37.494	150.307

Política contábil

As debêntures emitidas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado, exceto quando sujeitos a capitalização.

16 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	37.736	34.723
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços	8.689	7.618
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB	3.247	3.831
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação	2.898	4.241
Outros impostos e contribuições ^(a)	825	716
Total	53.395	51.129
Não circulante		
Outros impostos e contribuições ^(a)	638	-
Total	638	-
Total geral	54.033	51.129

^(a) Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS, CIDE e a parcelamento de tributos municipais (ISS) inscritos em dívida ativa da PMSP.

17 Remunerações e encargos a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Férias	132.370	139.014
Encargos sociais	84.628	62.508
Salários e rescisões a pagar	778	637
Incentivo benefício saúde - PDI	15.777	12.572
Parcelamentos previdenciários ^(a)	6.700	4.257
Participação no resultado - PPR	49.459	-
Outros valores a pagar ^(b)	2.654	2.356
Total	292.366	221.344
Não circulante		
Parcelamentos previdenciários ^(a)	15.906	25.251
Incentivo benefício saúde - PDV/PDI	4.509	4.579
Total	20.415	29.830
Total geral	312.781	251.174

^(a) A Companhia aderiu três parcelamentos previdenciários referentes aos débitos de INSS FAP dos anos de 2016 e de 2017, no montante original de R\$ 36.336, os quais estão sendo liquidados em 60 parcelas mensais.

^(b) Inclui pensões judiciais.

Política contábil

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo concedidos aos seus administradores ou colaboradores.

17.1 Plano de desligamento incentivado

i) Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2022

A Companhia promoveu um Programa de Desligamento Incentivado – PDI cujo período de adesão inicial dos colaboradores iniciou em 13 de dezembro de 2021 e se encerrou em 14 de janeiro de 2022.

Desde o início do programa, a Companhia desligou 742 colaboradores e o custo total incorrido foi de R\$ 272.669, sendo que no exercício de 2024 os custos incorridos foram de R\$ 53.005.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia encerrou o referido programa.

ii) Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2023

Em 17 de novembro de 2023 a Companhia abriu as inscrições para o novo Programa de Desligamento Incentivado (PDI), cujo prazo de adesão inicial se encerrou em 22 de dezembro de 2023. Em 11 de novembro de 2024, o prazo para realização dos desligamentos foi prorrogado por mais 12 meses, e em 07 de fevereiro de 2025 a Companhia reabriu as inscrições para o programa, cujo prazo de adesão se encerrou em 21 de março de 2025.

Desde o início do programa, a Companhia desligou 573 colaboradores e para concluí-lo, ainda é necessário o desligamento de 85 colaboradores, totalizando 658 inscritos.

Os desligamentos iniciaram no exercício de 2024, e os custos incorridos foram de R\$ 206.685. A estimativa para concluir o desligamento dos 85 colaboradores remanescentes é de R\$ 31.575.

Os colaboradores inscritos no programa só podem ser desligados mediante aceite da Companhia. Os benefícios financeiros oferecidos pelo programa consistem no pagamento de verbas rescisórias e de abono pecuniário para o custeio do plano de saúde por um período de até 24 meses.

O programa prevê que a Companhia tenha o poder de aceitar a adesão do colaborador, bem como as datas de desligamento, considerando a capacidade financeira da empresa e o impacto nas atividades das áreas.

Política contábil

Os elementos dispostos no regulamento dos planos (PDI's), bem como os direitos e obrigações previstos pelas partes, não determinam a assunção de uma obrigação contratual pela Companhia. Desta forma, com base na NBC TG 33 (R2) - Benefícios a Empregados, os valores previstos se enquadram como benefícios rescisórios e, portanto, são contabilizados no momento do desligamento do colaborador.

18 Adiantamento de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Créditos em poder do passageiro	17.619	26.526
Arrendamentos a apropriar	550	5.462
Centros comerciais ^{(a) (b)}	21.085	3.898
Outros	4.728	4.847
Total	43.982	40.733
Não circulante		
Centros comerciais ^(a)	679.675	123.691
Arrendamentos a apropriar ^(b)	120.848	303.350
Outros	338	338
Total	800.861	427.379
Total geral	844.843	468.112

(a) Em 31 de dezembro de 2025, inclui R\$ 294.306, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Shopping Metro Itaquera, o qual se refere à antecipação das remunerações recebidas pela Companhia pelo direito de uso dos terrenos ao norte da Estação Corinthians – Itaquera, assim como pela extensão da vigência contratual em 20 anos. Inclui também R\$ 276.468, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Condeshop, concessionário dos Shoppings Metrô Tatuapé e Boulevard Tatuapé, referente à antecipação de receitas e pelo direito de uso dos terrenos adjacentes à estação Tatuapé do Metrô, assim como pela extensão da vigência contratual em 50 anos.

(b) Em 31 de dezembro de 2025, inclui R\$ 79.698, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Prima, o qual se refere à outorga pela extensão da vigência contratual em 20 anos da concessão dos Terminais de Ônibus Tietê e Jabaquara. Inclui também R\$ 39.675, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes da Jcdecaux pela extensão da vigência contratual em 6 anos e pela inclusão dos espaços da Linha 15 – Prata no escopo do contrato de exploração comercial de espaços publicitários da Companhia.

Política contábil

A Companhia estabelece acordos que podem resultar no recebimento antecipado de recursos, tais relações comerciais constituem principalmente da venda de créditos ou bilhetes para futura utilização em viagens realizadas pela Companhia, contratos de locações, e de outorgas de direito de uso “*Naming Rights*”.

Os montantes recebidos de forma antecipada constituem um passivo para a Companhia até que sejam satisfeitas as respectivas obrigações de desempenho previstas contratualmente, que podem ser cumpridas em momento específico ou ao longo do tempo (prazo contratual), de acordo com os requerimentos da NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



19 Transações com partes relacionadas

		31/12/2025			31/12/2024		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Partes relacionadas	Natureza da principal operação						
Ativos							
GESP	C/R - Serviços de transporte ^(a)	168.247	-	168.247	61.466	-	61.466
Metrus - Instituto	C/R - Parcelamento dep. Judicial ^(b)	-	131.199	131.199	-	97.560	97.560
Outros	C/R - Diversos ^(c)	4.695	-	4.695	991	-	991
		172.942	131.199	304.141	62.457	97.560	160.017
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios ^(d)	(3.874)	(207.291)	(211.165)	(3.874)	(211.165)	(215.039)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(e)	(23.134)	-	(23.134)	(23.073)	-	(23.073)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento ^(f)	(3.559)	(18.500)	(22.059)	(3.524)	(21.730)	(25.254)
Iamspe	C/P - Saúde ^(g)	(435)	-	(435)	(417)	-	(417)
PRODESP	C/P - Proc. Dados ^(h)	(974)	-	(974)	-	-	-
		(31.976)	(225.791)	(257.767)	(30.888)	(232.895)	(263.783)
Patrimônio líquido							
GESP	C/S - Integralização de capital ⁽ⁱ⁾	-	-	(4.847.053)	-	-	(4.087.646)
		-	-	(4.847.053)	-	-	(4.087.646)

		31/12/2025	31/12/2024
Resultado	Natureza		
GESP	Receita tarifária - apoio a PPP ^(j)	996.099	961.040
GESP	Receita com gratuidades ^(k)	605.831	562.749
CBTU	C/P - Convênios ^(d)	3.874	3.874
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(e)	(254.309)	(238.650)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento ^(f)	(2.941)	(2.819)
Iamspe	C/P - Saúde ^(g)	(2.965)	(3.022)
Administração	Despesas com folha ^(l)	(7.126)	(6.051)
PRODESP	Despesa com Proc. de Dados ^(m)	(31.473)	-
Total		1.306.990	1.277.121

- (a) Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros, conforme nota explicativa nº 5.1. O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.
- (b) Refere-se ao valor de principal pago pela Companhia ao Metrus em decorrência de acordo de ressarcimento do depósito judicial realizado no âmbito do processo movido pela EMTEL.
- (c) Conforme demonstrado na nota 5.1 (a) Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP. Inclui também notas de débito referente a serviços diversos prestados pela Companhia às empresas ligadas.
- (d) O saldo do passivo corresponde ao montante a apropriar ao resultado da subvenção para investimento recebida da CBTU.
O montante contido no resultado corresponde a receita apropriada no período.
- (e) O saldo do passivo ao Metrus – Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados.
O montante contido no resultado corresponde a despesa reconhecida no período.
- (f) Refere-se a honorários advocatícios no âmbito do processo movido pela EMTEL, dos quais a Companhia deve ressarcimento ao Metrus.
- (g) O saldo de repasse ao Iamspe – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, referente a assistência médica dos empregados que aderiram ao plano.
- (h) Saldo do passivo da PRODESP referente a prestação de serviço de Processamento de Dados.
- (i) Refere-se ao aporte de capital social realizado pelo GESP.
- (j) Refere-se a parcela da receita tarifária que é ressarcida pelo GESP, em virtude do modelo de apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

- (k) Reconhecimento de receita proveniente do transporte de passageiros com benefício de gratuidade conforme nota explicativa nº 23.
- (l) Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselhos e Comitê.
- (m) Despesa da PRODESP referente a prestação de serviço de Processamento de Dados.

Política contábil

A Companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, com o objetivo de regular e orientar seu corpo de profissionais na celebração de transações e contratos envolvendo partes relacionadas e em situações que possam gerar potencial conflito de interesses nestas operações. Desta forma, a política de partes relacionadas objetiva assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência de processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança e políticas corporativas adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação vigente.

As principais partes relacionadas da Companhia são os acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração.

- i) Subvenções e assistências governamentais

Subvenções para investimento são registradas em contrapartida do passivo e reconhecido no resultado de acordo com a vida útil dos ativos relacionados, conforme requerimentos da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais.

20 Planos de previdência suplementar

20.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltados aos seus empregados e administrados pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

20.2 Principais premissas atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo do passivo atuarial

	31/12/2025	31/12/2024
Duração média de pagamentos - Plano I	9,70 anos	9,94 anos
Duração média de pagamentos - Plano II	14,72 anos	14,49 anos
Taxa de desconto - Plano I	7,27% a.a.	7,31% a.a.
Taxa de desconto - Plano II	7,16% a.a.	7,44% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano I	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano II	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Análise de Sensibilidade Plano I	Variação	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	Real	Taxa de Desconto	Taxa de Desconto
Valor presente das obrigações atuariais	1.462.660	1.410.313	1.518.640
Taxa de crescimento salarial	Real	Cresc. Salarial	Cresc. Salarial
Valor presente das obrigações atuariais	1.462.660	1.463.526	1.461.812

20.3 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	120.488
Custo do serviço corrente	3.183
Juros sobre obrigação atuarial	11.209
Contribuições da patrocinadora	(5.662)
Ganhos atuariais - ORA (2024)	(39.624)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	89.594
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	44.797
Custo do serviço corrente	2.001
Juros sobre obrigação atuarial	8.581
Contribuições da patrocinadora	(6.307)
Ganhos atuariais - ORA (2025)	(93.174)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	695
Valor presente das obrigações atuariais	1.462.660
Valor justo dos ativos do plano	(1.461.965)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2025	695
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	347

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de R\$ 265.977 (Em 31 de dezembro de 2024, o montante pago foi de R\$ 256.161).

Política contábil

Previdência suplementar (Plano de Previdência Privada)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos são provisionados com base em cálculo atuarial ao final de cada exercício, efetuado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

A Companhia reconhece no passivo atuarial o valor correspondente ao cumprimento de sua obrigação com o plano, na extensão de sua obrigação contributiva, que representa 50% do total do passivo do plano a ser equacionado na data base finda em 31 de dezembro de 2025.

- Plano I – Benefício definido

Concedido a empregados contratados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pelo Metrô – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência suplementar. As contribuições regulares compreendem os dispêndios líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do exercício em que são devidas.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, em despesas operacionais e despesas financeiras, respectivamente e ii) mensurações referentes a ganhos ou perdas atuariais, em outros resultados abrangentes, diretamente no patrimônio líquido.

Este plano está fechado para novas adesões na Companhia.

- Plano II – Contribuição definida

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, por ela patrocinado, administrados pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

Concedido a empregados contratados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições que são fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I.

Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional.

A diferença é que no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano, enquanto no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

21 Provisão para processos judiciais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais.

A composição da provisão para processos judiciais é apresentada abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Adições ^(a)	Atualizações monetárias / recálculo do valor em risco	Liquidações/ reversões	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	234.408	16.779	20.994	(82.161)	190.020
Cíveis	1.188.512	255.001	115.157	(79.888)	1.478.782
Tributários e previdenciários	9.397	8	972	(4.606)	5.771
Total	1.432.317	271.788	137.123	(166.655)	1.674.573

^(a) As principais adições cíveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referem-se a pleitos de desequilíbrio econômico em contratos de expansão de linhas da Companhia.

21.1 Processos trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figura no polo passivo em 3.270 processos de natureza trabalhista (3.646 processos em 31 de dezembro de 2024).

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

21.2 Processos cíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figura no polo passivo em 682 processos de natureza cível (652 processos em 31 de dezembro de 2024).

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual e indenizações por dano material e moral. Dentre os processos cíveis, destacam-se, pela sua relevância, as ações descritas a seguir:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado em outubro de 1988, o Metrô assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrô para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada com a contratação da EMTEL – Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL foi encerrado em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existem, atualmente, demandas judiciais entre EMTEL e Metrô, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação. Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrô também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes.

Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrô, quaisquer despesas provenientes destes processos, desde que devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R\$ 1.023.774 (R\$ 936.353 em 31 de dezembro de 2024).

21.3 Processos tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figura no polo passivo em 230 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária (Em 31 de dezembro de 2024, são 298 processos).

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

21.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas ^(a)	483.836	392.397
Cíveis ^(b)	4.576.960	4.613.425
Tributários e previdenciários	27.554	39.739
Total	5.088.350	5.045.561

(a) Os principais pleitos dos processos trabalhistas se referem a: equiparação salarial entre empregados, reintegração ao quadro de empregados, e base de cálculo das horas extras.

(b) Os dez maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Corsan-Corviam Construcccion S.A do Brasil, Consórcio Construcap-Constran, Camargo Corrêa, Bombardier Transportation Brasil Ltda (3 processos), Consórcio Linha Amarela, Snef Serviços e Montagens Ltda e Inepar S/A Indústria E Construções. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R\$ 3.178.430 e se referem principalmente a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados com a Companhia. Os demais processos no montante de R\$ 1.909.920 estão distribuídos em diversas ações e compõem o saldo total classificado como perda possível. (Em 31 de dezembro de 2024, a estimativa de perda dos dez maiores processos cíveis não provisionados era de R\$ 3.130.752).

Política contábil

A Companhia constitui provisão para processos judiciais com base em avaliações de probabilidades de perdas, considerando a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis e outras fontes que podem afetar a estimativa da carteira de processos. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

As estimativas em relação à probabilidade de perda são revisadas periodicamente e os processos são atualizados mensalmente por índices financeiros aplicáveis, em contrapartida do resultado do exercício. A despesa de provisão com processos judiciais é demonstrada na Nota Explicativa nº 24, "gastos gerais".

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado cujo montante, conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social, é de R\$ 77.358.042.

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

22.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e realizado é de R\$ 57.339.085, composto por 11.307.375 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada. (Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 52.492.032 e era composto por 10.108.988 ações ordinárias).

Em 31 de dezembro de 2025, o GESP realizou a integralização de capital no montante de R\$ 4.847.053, composto por 1.198.387 ações ordinárias.

A composição do capital social é apresentada abaixo:

Acionista	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade - ON	%	Quantidade - ON	%
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	11.104.168	98,20%	9.905.781	97,99%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	202.032	1,79%	202.032	2,00%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	1.171	0,01%	1.171	0,01%
Outros - ações em tesouraria	4	0,00%	4	0,00%
Total	11.307.375	100,00%	10.108.988	100,00%

23 Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita tarifária	1.967.626	2.255.177
Gratuidades (ressarcimento) ^(a)	605.831	562.749
Desenvolvimento imobiliário	100.779	133.536
Varejo	68.657	73.317
Mídia e publicidade	70.767	64.352
Outros negócios	11.903	13.781
Receita não tarifária	252.106	284.986
Receita operacional bruta	2.825.563	3.102.912
Impostos sobre a receita bruta ^(b)	(64.341)	(82.939)
Deduções e impostos	(64.341)	(82.939)
Receita operacional líquida	2.761.222	3.019.973

^(a) Receita proveniente do transporte de passageiro com benefício de gratuidade, conforme políticas públicas implementadas.

^(b) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 inclui os montantes de R\$ 41.888 e R\$ 56.391 respectivamente, referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.).

Política contábil

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal dos negócios, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de transporte de passageiros e outros serviços adjacentes. A receita é reconhecida quando a obrigação de transportar ou prestar o serviço contratado (obrigação de desempenho) prometido para um cliente é satisfeita, que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço, e é provável que benefícios econômicos fluam para a entidade.

Receita tarifária: são reconhecidas no momento da utilização do serviço pelo passageiro, ou seja, em momento específico. Os valores são calculados com base na classe de tarifa utilizada pelo passageiro.

Receita não tarifária: a Companhia presta serviços adjacentes ao transporte metroviário, tais como, locação de espaços, ações de publicidade e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários junto às estações metroviárias, além da prestação de outros serviços especializados e consultorias. As receitas estão baseadas em contratos assinados e são reconhecidas a medida em que são satisfeitas as obrigações de desempenho que podem ser em momento específico ou ao longo do tempo.

Receita com gratuidades: por meio de políticas públicas, a Companhia realiza o transporte de passageiros gratuitos e reconhece a receita com base na tarifa padrão, no momento em que o passageiro é transportado. As gratuidades são registradas em contrapartida ao contas a receber. Caso o ressarcimento seja antecipado, os valores são registrados como receita antecipada no passivo e realizados com base na utilização.

Receita de *breakage*: consiste no cálculo, com base histórica, de créditos adquiridos pelos passageiros que não serão utilizados, ou seja, passageiros que adquiriram créditos que dão direito ao transporte na rede metroviária, mas que apresentam grande probabilidade de não os utilizar. Anualmente os cálculos são revisados com objetivo de capturar mudanças no comportamento dos passageiros em relação à utilização dos créditos adquiridos. Os créditos de *breakage* são reconhecidos em Receita tarifária quando alcançam os parâmetros de reconhecimento no resultado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes.

24 Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(1.387.112)	(1.425.945)
Materiais	(88.153)	(94.608)
Energia elétrica de tração	(160.120)	(165.128)
Serviços	(159.703)	(157.239)
Gastos gerais	(39.406)	(19.363)
Depreciação e amortização	(779.484)	(790.104)
	<u>(2.613.978)</u>	<u>(2.652.387)</u>
Despesas com vendas		
Pessoal	(18.013)	(22.431)
Serviços	(933)	(64)
Gastos gerais	(297)	(337)
Depreciação e amortização	(8)	(4)
	<u>(19.251)</u>	<u>(22.836)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(483.757)	(423.887)
Materiais	(1.519)	(1.959)
Serviços	(183.875)	(154.033)
Gastos gerais ^(a)	(504.676)	(105.478)
Depreciação e amortização	(58.949)	(40.212)
	<u>(1.232.776)</u>	<u>(725.569)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Receitas com a prestação de outros serviços	1.752	1.450
Multas contratuais	10.023	5.730
Resultado na alienação de ativos	-	18.033
Créditos convênio CBTU	3.874	3.874
Baixas de imobilizados e intangível	(9.719)	(37.137)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>16.137</u>	<u>18.695</u>
	<u>22.067</u>	<u>10.645</u>
	<u>(3.843.938)</u>	<u>(3.390.147)</u>

^(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o provisionamento de processos judiciais teve um aumento de R\$ 242.255, principalmente em decorrência do provisionamento de processos cíveis relativos a pleitos de desequilíbrio econômico contratual.

25 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	76.931	37.870
Juros ativos	2.184	8.089
Ajuste a valor presente	403	2.009
	<u>79.518</u>	<u>47.968</u>
Despesas financeiras		
Despesas com juros e custo com emissão de dívidas ^(a)	(47.972)	(63.157)
Despesas com juros atuariais	(2.138)	(4.366)
Outras despesas financeiras	(4.607)	(1.863)
	<u>(54.717)</u>	<u>(69.386)</u>
Variações monetárias e cambiais		
Variações monetárias líquidas	(2.059)	44.432
Variações cambiais líquidas	1.406	(359)
	<u>(653)</u>	<u>44.073</u>
Resultado financeiro líquido	<u>24.148</u>	<u>22.655</u>

^(a) Do montante de R\$ 47.972 em 31 de dezembro de 2025, (R\$ 37.775) e (R\$ 1.804) se referem respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados das debêntures da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, os montantes são de (R\$ 48.494) e (R\$ 1.804), referente a respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados), conforme nota explicativa nº 15.

26 Imposto de renda e contribuição social

26.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais	7.180.453	6.680.355
Base negativa da contribuição social	6.805.602	6.328.538

26.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.058.568)	(347.519)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas	359.913	118.156
Reconciliação da alíquota:		
Lei 8.200/91 - CSLL ^(a)	(2.187)	(2.117)
Demais adições e exclusões, líquidas	(107.940)	(108.476)
Parcela não reconhecida sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa. ^(b)	(249.786)	(7.563)
Total do imposto de renda e da contribuição social	-	-
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL do período	0,00%	0,00%

(a) Este ajuste de adição aplica-se somente à CSLL e decorre da diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei 6.404/76.

(b) A Companhia não constitui ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, pois não apresenta expectativa de lucros tributáveis futuros.

Impactos da Reforma Tributária

A Lei Complementar nº 214/25 de 16 de janeiro de 2025, apresenta alterações relevantes na sistemática de apuração dos tributos incidentes sobre o consumo e os serviços. Dentre os destaques, divide o antigo sistema de impostos sobre consumo em dois novos tributos de valor agregado, denominado de IVA Dual, criando o Imposto sobre Bens e Serviços -IBS, em substituição ao ISS e ICMS, estabelece a Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS, em substituição ao PIS e COFINS (e parcialmente o IPI), e cria, ainda, o Imposto Seletivo.

A implementação da Reforma Tributária ocorrerá de forma gradual até 2032, sendo que até sua plena adoção, haverá a coexistência do sistema de tributação atual e a nova sistemática de apuração, cujos efeitos iniciam em 2026, através do destaque em documentos fiscais de alíquotas do IBS e da CBS para fins “estatísticos”.

Os principais impactos da Lei Complementar 214/15 para a Companhia consistem na necessidade de elaboração de processos relacionados à nova forma de apuração tributária, o que demandará atualização sistêmica, conformidade dos cadastros de bens e serviços e revisão dos controles internos.

Durante o exercício de 2025, a Administração adotou as medidas necessárias para a adequação de seus sistemas, e manterá acompanhamento contínuo das regulamentações e exigências legais aplicáveis até sua plena vigência, para implementação tempestiva.

Política contábil

i) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social correntes: Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

27 Resultado por ação

27.1 Básico

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo atribuível aos acionistas	(1.058.568)	(347.519)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	11.307	10.109
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	0,004	0,004
Quantidade média ponderada de ações em circulação	11.307	10.109
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R\$)	<u>(93,62)</u>	<u>(34,38)</u>

A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

28 Instrumentos financeiros e fatores de risco

28.1 Classificação e mensuração

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	642.932	470.878	-	-
Contas a receber	-	-	206.415	98.718
Outros ativos	-	-	183.147	132.255
Caixa restrito	35.871	39.038	-	-
	<u>678.803</u>	<u>509.916</u>	<u>389.562</u>	<u>230.973</u>
Passivo				
Fornecedores	-	-	738.264	364.923
Debêntures	-	-	150.307	262.961
Partes relacionadas	-	-	257.767	263.783
Passivo de arrendamento	-	-	3.417	7.254
Outras contas e despesas a pagar	-	-	3.314	5.306
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.153.069</u>	<u>904.227</u>

28.2 Gestão de riscos financeiros

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro. As atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de preços tarifários;

28.3 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, via aporte de capital de seus acionistas.

Avaliação de *Rating*

Em 31 de março de 2025, a Moody's Local revisou e manteve o Rating de emissor e da 2ª emissão de debêntures em 'AA-.br', com perspectiva estável.

28.4 Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente no contas a receber.

Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.

Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios – SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB concedida pela agência Standard & Poor's e pela Fitch Ratings, e Baa3 concedida pela Moody's.

28.5 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações. A Companhia possui exposição cambial somente para fornecedores em moeda estrangeira, conforme nota explicativa nº 14 sujeitos à variação do dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$ 5,5024/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o possível efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025:

Risco	Aumento da taxa de câmbio
Taxas de câmbio referencial	5.5024
Fornecedores internacionais	37.914
Valores expostos ^(a)	6.890
Cenário favorável (-50%)	18.957
Cenário favorável (-25%)	28.436
Cenário adverso (+50%)	56.871
Cenário adverso (+25%)	47.393

(a) Refere-se ao saldo, em dólares americanos (US\$), de obrigações com fornecedores internacionais.

28.6 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº 15, e portanto, está exposta a risco de taxa de juros de forma significativa. Os valores abaixo demonstram os impactos nos resultados de acordo com o cenário aplicado:

Risco	Taxas referenciais	Efeito no resultado
Valores expostos (saldo líquido positivo) ^(a)	14,90%	504.475
Cenário adverso (-50%)	7,450%	(37.583)
Cenário adverso (-25%)	11,175%	(18.792)
Cenário favorável (+50%)	22,350%	37.583
Cenário favorável (+25%)	18,625%	18.792

(a) Refere-se a soma de caixa de atividades de custeio e caixa restrito, líquidos de passivo oneroso.

28.7 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP.

Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.

28.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

28.9 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) índice de limite máximo de endividamento, na ausência de título emitido que determine o passivo oneroso máximo, deve-se observar o limite de até 1% do total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) índice de cobertura, evidencia o quanto das entradas de caixa representam das obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui passivo oneroso de R\$ 150.307 (R\$ 262.961 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 15, para fins de apuração do índice de endividamento. O índice de cobertura apurado é de 100,35% no período findo em 31 de dezembro de 2025 (103,05% em 31 de dezembro de 2024).

28.10 Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui garantias reais vinculadas as operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R\$ 4.870 (R\$ 6.574 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 29 - Cobertura de Seguros. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de garantias oferecidas sob a modalidade de apólice é de R\$ 442.654 (R\$ 344.002 em 31 de dezembro de 2024).

29 Cobertura de seguros

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	31/12/2025	31/12/2024
Limite máximo de indenizações		
Ativos materiais	450.000	450.000
Seguro garantia judicial	250.000	200.000
Seguro de responsabilidade civil - geral	93.300	93.500
Seguro garantia compra de energia	43.384	43.384
Seguro de responsabilidade civil - administradores	30.000	30.000
Riscos diversos	3.253	18.468
Total	<u>869.937</u>	<u>835.352</u>

30 Eventos Subsequentes

Em 19 de fevereiro de 2026 foi proferida sentença arbitral em que a Companhia foi condenada ao pagamento do montante de R\$ 115 milhões (data base de junho de 2023), no processo movido pelo Consórcio Via Amarela – CVA, cujo objeto do pleito consiste em reequilíbrio-econômico contratual relacionado aos contratos da fase I da construção da Linha 4 – Amarela.

Conforme os requerimentos do CPC 24 – Evento Subsequente, a Companhia efetuou o reconhecimento desta provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante estimado de R\$ 167 milhões, considerando principal e atualizações.

